

## A importância das relações de sucesso em períodos de disputa: Portugal e a guerra da Restauração (1640-1668)<sup>1</sup>

Caroline Garcia MENDES<sup>2</sup>

Doutora

Pesquisadora-colaboradora IFCH/Unicamp

### Resumo:

Este trabalho é desdobramento de nossa tese de doutorado e visa contribuir com as análises acerca da História da Mídia impressa a partir da discussão sobre os impressos de notícias da Época Moderna. Chamadas de “relações de sucessos”, essas publicações circularam em grande quantidade durante a guerra da Restauração (1640-1668), conflito entre Portugal e Espanha que movimentou as oficinas impressoras da cidade de Lisboa. Pretendemos demonstrar a função que estes impressos possuíam na sociedade coeva sobretudo em momentos de disputa: demonstrar a fidelidade dos oficiais envolvidos no conflito, enfatizar e incentivar o apoio da população; demonstrar poder bélico e/financeiro e evidenciar as vitórias portuguesas nas batalhas.

**Palavras-chave:** História da Mídia Impressa; Época Moderna; relações de sucesso; guerra da Restauração; notícias

“Dilatou-se a nova da felicíssima restituição, que a sua Majestade o Senhor Rey Dom João o IV que Deus guarde, se fez de seu Reino de Portugal, em se divulgar na cidade de São Sebastião capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil”<sup>3</sup>. Começava assim um impresso publicado em novembro de 1641 na cidade de Lisboa, descrevendo as comemorações que teriam ocorrido no Rio de Janeiro festejando a ascensão do duque de Bragança como rei de Portugal. A subida ao trono havia ocorrido no dia primeiro de dezembro de 1640 e, segundo o impresso, a notícia teria chegado à capitania vinda da capital do Brasil, Salvador, no dia 10 de março de 1641. A partir deste e de outros impressos de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Este trabalho é desdobramento da tese de doutorado denominada *Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucessos*: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072019-113033/pt-br.php> Esta pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo: 2014/23614-7).

<sup>2</sup> Doutora. Pesquisadora-colaboradora do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E-mail: carol.mendes@outlook.com

<sup>3</sup> *Relaçam da Aclamação qve se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, & nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom João o IV por verdadeiro Rey, & Senhor do Seu Reyno de Portugal, com a felicíssima restituição, q' dele se fez a sua Magestade que Deos guarde, &c.* Lisboa, Oficina de Jorge Rodrigues, 1641, f. 1. Para facilitar a compreensão, preferimos atualizar o português no corpo do texto.

notícias publicados em Lisboa, pretendemos discorrer sobre a utilização das publicações de notícias no intuito de enaltecer Portugal em um momento delicado de sua História: a disputa pelo trono português entre a Coroa de Bragança e o rei espanhol Filipe IV. Buscaremos demonstrar como publicar notícias sobre o conflito, bem como qualquer movimentação de soldados ou envio de embaixadores tornou-se parte importante da guerra e foi uma ação utilizada pelos dois lados buscando o convencimento da população e o apoio internacional. Convém, contudo, discutir brevemente o que ficou conhecido como Guerra da Restauração.

### **Depois de sessenta anos, um rei português**

No ano de 1578 o jovem rei português Dom Sebastião desapareceu durante uma batalha no norte da África. Sem herdeiros, ainda que durante os próximos dois anos seu tio-avô já com 70 anos – o Cardeal Henrique de Portugal – assumisse o governo, em 1580 Portugal se encontrava sem um sucessor direto ao trono. Dessa forma, o reino foi alvo de uma disputa envolvendo diferentes nobres ao redor do continente, dentre as quais dois deles se destacavam: Dona Catarina de Bragança, herdeira da maior casa portuguesa, localizada na região do Alentejo, e Filipe II, rei de Castela. Acordos, oferecimento de benefícios mas também ameaças bélicas fizeram com que, naquele mesmo ano, o rei conhecido como Prudente, se tornasse também Filipe I de Portugal (ver: BOUZA, 1987; VALLADARES, 2000; CARDIM, 2014).

Na década de trinta do século seguinte, a nobreza portuguesa já encontrava-se insatisfeita com os comandos que chegavam de Madrid. Os acordos assumidos por Filipe II ainda no ano de 1581 nas Cortes de Tomar não estariam sendo cumpridos por seu neto, Filipe IV, sobretudo o compromisso de manter a individualidade política de Portugal. O afastamento da Corte durante tanto tempo – que agora se encontrava em Madrid, e não em Lisboa – também significava para os nobres não participar dos negócios públicos, “anulava ensejos de convívio e ostentação, inibia atividades de criação literária, teatral e artística” (GODINHO, 1978, p. 395). Por fim, as cobranças de impostos relacionadas a conflitos em territórios com os quais os portugueses não possuíam relação também levavam a grande descontentamento. Dessa forma, no dia primeiro de dezembro de 1640 foi colocada em prática uma insurreição de parte da nobreza que tomou as ruas de Lisboa. Dias depois, Dom João de Bragança era aclamado João IV de Portugal pelas ruas da cidade, iniciando-se assim o que ficou conhecida como Guerra da Restauração, entre a nova Coroa portuguesa e Felipe IV, que se considerava ainda rei de Portugal. O conflito, que durou até o ano de 1668, teve suas primeiras décadas

marcadas por pequenas entradas de um exército ou do outro nas terras inimigas, roubo de gado e encontros pontuais. As grandes batalhas ocorreram apenas no início da década de sessenta, momento em que a Espanha já havia encerrado os outros conflitos em que estava inserida e pode se dedicar exclusivamente à questão portuguesa. Portugal, porém, já contava com importantes aliados e um exército bastante estruturado, saindo vitorioso das batalhas que ocorreram naqueles anos. A vitória portuguesa também se deu no campo dos impressos: foram centenas de notícias publicadas, sobretudo nos primeiros anos da guerra, discorrendo sobre a superioridade da nova Coroa e do povo português diante do inimigo castelhano.

### **Os impressos de notícias: relações de sucessos e periódicos**

A impressão de notícias na Época Moderna ocorria a partir de diferentes formatos: poderiam ser publicações ocasionais, que discorriam sobre apenas uma notícia (ou resumiam as principais notícias de um período) mas também de maneira periódica, contando com um título, layout e certa periodicidade. “Relação de sucessos” é o nome que recebeu a primeira categoria e são impressos característicos do século XVI e XVII, estando presentes em todas as partes da Europa. Diferentes historiadores argumentam que a publicação desse material foi um fenômeno pan-europeu ou transnacional, ou seja, ainda que estas publicações possuíssem diferentes títulos ao redor de todo o continente – como *avvisi a stampa*, *occasionnels*, *canards*, *newsletters*, *Flugschriften*, *Flugblätter* ou *Neue Zeitungen* – tratavam-se do mesmo tipo de material impresso (ETTINGHAUSEN, 2015).

Podemos pensar que os periódicos, como o próprio nome diz, circulavam em datas específicas – uma vez por semana ou uma vez por mês, por exemplo – sob o mesmo título e, portanto, com a mesma aparência. Os historiadores Carmen Espejo e Francisco Baena afirmam, contudo, que seria anacrônico analisar esses documentos procurando neles resquícios do mundo contemporâneo e dos periódicos atuais. Mais do que a regularidade temporal, as notícias eram publicadas em um ritmo de produção ajustado ao ritmo vital dos seus leitores. Espejo e Baena argumentam, assim, que um periódico na Época Moderna era entendido a partir de uma normatização que poderia trazer um cabeçalho reconhecidamente parte de uma sequência e pela internacionalização de suas notícias, que eram variadas e obtidas por meios oficiais ou por outros papéis de notícias (ESPEJO, BAENA, 2015). Acrescentamos ainda uma terceira característica: a intenção periódica encontrada em diferentes papéis do período, como a menção a um número anterior ou o aviso de que determinada notícia seria publicada apenas no número seguinte.

Durante a Guerra da Restauração, Lisboa e Madrid produziram as duas categorias de impressos. É consenso entre os historiadores, porém, que Portugal imprimiu muito mais sobre o conflito do que os castelhanos, os últimos mais preocupados com outros conflitos em que estavam inseridos. Para além das preocupações com outras frentes de batalha, o historiador Fernando Bouza encontra ainda um outro argumento para explicar essa diminuta produção: a publicística antirrestauradora flertaria com um discurso antiportuguês bastante perigoso para os intuitos castelhanos. A presença na corte de Madrid tanto de um grande grupo de fidalgos portugueses como de banqueiros da mesma origem, era por um lado necessário financeiramente e por outro carregado do valor simbólico agregado a sua lealdade (BOUZA, 2008). A intenção de continuar como Felipe III de Portugal trazia, assim, a necessidade de sempre distinguir entre quem eram os rebeldes que seguiam um rei tirano dos verdadeiros portugueses. É por esse motivo que, enquanto os portugueses generalizam todos os castelhanos como inimigos da nova Coroa e do reino, os impressos produzidos em Madrid chamam Dom João IV e Dom Afonso VI (seu sucessor) de “o rebelde” ou “o tirano”, mas nunca publicavam que “os portugueses” se rebelavam, apenas um pequeno grupo liderado pelos Braganças. Para os fins deste trabalho, iremos nos debruçar apenas sobre os papéis do lado português, buscando discutir as diferentes funções que eles assumiam naquela sociedade.

### **Acompanhando a notícia da Restauração**

A partir do início do ano de 1641, centenas de impressos de notícias passaram a ser produzidos em Lisboa, tratando dos encontros com os soldados inimigos, dos embaixadores enviados para as principais cidades em nome de Dom João IV – Barcelona, Roma e Paris, por exemplo – e também da recepção da notícia sobre a nova Coroa nas cidades portuguesas e nas outras partes do Império. Em 6 folhas frente e verso, podemos ler a “Relação do que fez a vila de Guimarães do tempo da feliz aclamação de Sua Majestade, até o mês de Outubro de 1641”, publicada pela oficina impressora de Jorge Rodrigues em setembro daquele ano. Reclamando o autor que não via os feitos da vila sendo descritos nos impressos, ele afirma que “foi Senhor esta notável, e insigne vila o segundo povo que com voz pública aclamou a V. Majestade por Rei e Senhor nosso nesta Província de entre Douro e Minho (...)”<sup>4</sup>. Continua descrevendo a coragem de atacar os castelhanos pela região da Galiza, enfatizando que

---

<sup>4</sup> *Relaçam do qve se fez a villa de Gvimaraens do tempo da Felice aclamação de Sua Magestade, até o mês de Outubro de 1641.* Em Lisboa. Por Jorge Rodriguez, 1641. f. 1v.

estavam “sem outra gente, que a de Guimarães” e concluindo que “esta foi a primeira entrada, que se fez em Galiza por estas partes, e depois dela à imitação dos homens de Guimarães se fizeram outras que eles contam, sem fazer menção do principal e primeiro exemplo”. O autor desta relação afirmava ser o capitão mor da vila de Guimarães, e colocou em seu texto uma das funções centrais destes impressos naquele período: enaltecer os oficiais e demais pessoas que serviam no serviço do novo rei:

Merece o feito lembrar-se V. Majestade dos moradores desta vila para lhe agradecer com uma [relação] própria, pois esquecem aos que fazem as Relações: porque louvar soldados, que deram boa conta de si, foi estilo dos gregos, romanos e mais repúblicas políticas, como consta das orações escritas a este propósito; com esse favor senhoreavam o mundo, estendiam as monarquias e davam com gosto as vidas por seus imperadores.

Seu autor busca enfatizar duas questões centrais neste impresso: que sua vila foi o segundo povo a aclamar o novo rei – demonstrando fidelidade à Coroa de Bragança – e a primeira a atacar o exército castelhano pela região da Galiza, cobrando a publicação deste e de outros feitos bélicos.

De bem longe dali chegou outro relato da aclamação de Dom João IV, impresso que abre este artigo, publicado também pela oficina de Jorge Rodrigues, dessa vez em novembro de 1641. Seu longo título é característico destes documentos, resumindo o conteúdo do impresso: “Relação da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, e nas mais do Sul, ao Senhor Rei Dom João o IV por verdadeiro Rey, e senhor do seu Reino de Portugal, com a felicíssima restituição, que dele se fez a sua Majestade que Deus guarde etc.”. A relação, dessa forma, buscava descrever como foi a recepção da notícia na capitania do Rio de Janeiro enfatizando as comemorações que ocorreram com a restituição do “rei legítimo”.

Ainda que no ano de 1580 a casa de Bragança tenha desistido de disputar a Coroa portuguesa com o rei castelhano devido aos diversos benefícios que recebeu de Felipe II, o discurso dos impressos de notícias no primeiro ano após a rebelião era de que a Coroa havia sido usurpada (CUNHA, 2000). De acordo com a relação, Deus

permitiu o feliz despacho de súplica tão justa, e o soberano efeito de ação tão devida à Real Casa de Bragança, de onde usurpada se viu desunida de seu ser sessenta anos (...) até que se restituiu a seu verdadeiro Senhor o Senhor Rey Dom João IV como seu hereditário legítimo em o primeiro de Dezembro de 1640, em cuja Real Casa permitirão o Céu (se eternize) com tão felizes sucessos (...).

Chamamos a atenção aqui que diversos termos estavam em disputa para definir a insurreição portuguesa contra o rei castelhano. Acima podemos ler que o verdadeiro rei foi “restituído”.

Algumas páginas depois lemos que o reino foi “restaurado” por Deus. O termo Restauração sofreu a concorrência de outras designações, mas acabou se impondo devido ao título de algumas obras, como a “História de Portugal Restaurado”, escrita por Dom Luis de Meneses entre os anos de 1679 e 1689, que teria consagrado os mitos criados pela propaganda dos Braganças durante a guerra (ANDRADE, 2001; VALLADARES, 1995). Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha compreendem que “procedeu-se a uma intencional recriação da realidade, naturalmente sem a obediência às regras da validação historiográfica contemporâneas, mas que ofereciam verossimilhança que inspirava credibilidade” (2008, 325-6).

Outra preocupação naqueles primeiros momentos da separação entre Portugal e Espanha era assegurar não só que os nobres permanecessem do lado dos Braganças, mas que as posses ultramarinas também aclamassem o novo rei. Não foram poucos os nobres que decidiram não voltar para Lisboa estando em Madrid, como também ocorreram diversas fugas da capital portuguesa para Castela. A família Mascarenhas é um caso bastante interessante para demonstrar como a nobreza portuguesa se comportou após a ascensão de Dom João IV ao trono. Seu titular, o marquês de Montalvão, era naquele momento vice-rei do Brasil e aclamou o novo rei na Bahia, enquanto sua esposa e vários de seus filhos fugiram para Castela já no ano de 1641. Dessa forma, sua lealdade não era certa, e quando retornou a Lisboa acabou encarcerado junto a um de seus filhos por suspeita de traição (VALLADARES, 2016).

A desconfiança acerca dos oficiais do Brasil era, assim, demonstrativa da importância de se manter aqueles domínios após a separação. Dessa forma, faz sentido a longa descrição na relação sobre a lealdade de Salvador Correia de Sá e Benavides, governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul:

Aquele cujos progenitores Salvador Correa de Sá seu avô, e Martim de Sá seu pai foram terror de Holanda, assombro do Brasil, pasmo do valor, e exemplo, ou modelo<sup>5</sup> de lealdade, como publicam, como testificam, como apregoam tantas empresas, que ousadamente intentaram em serviço da Coroa de Portugal (...) e seu neto e filho tão verdadeiro imitador seu, que por mar e terra deu bastantes mostras de ter dado com o sangue o valor, com o valor a prudência, com a prudência o zelo de servir a seu rei (...) [depois de ler as notícias] considerou que de mais de ser a causa tão justa, a restituição tão legítima e o efeito tão devido, foram permissão do céu (...) não reparando em que, aprovando a eleição, se divorciava de mais de dez mil cruzados de renda, e mais de cinquenta mil cruzados de fazenda de raiz e móvel, que no Reino do Peru e Castela gozava com encomendas, dote e herança e muitas promessas de mercês para sua casa, e filhos, que via frustradas, mas como

---

<sup>5</sup> No texto original “dechado”, que traduzimos como modelo, alguém exemplar (ainda que escrito em português, não era incomum alguns termos vindos do espanhol nos textos período).

verdadeiro, leal e fidelíssimo português (ainda que castelhano por sua mãe Dona Maria de Benavides sobrinha do Marquês de Xaval quinto, e casado com Dona Caterina de Ugarte e Velasco sobrinha do Vice-rei do México, e do condestável de Castela) considerando que muito mais granjeava em ser vassalo de rei natural, legítimo verdadeiro herdeiro do reino de Portugal, e que em sua real benignidade acharia a recompensa avantajada como os Senhores reis de Portugal seus antecessores haviam achado seus antepassados

A relação fazia questão de enfatizar não só os importantes serviços prestados pelos antecessores de Correia de Sá, mas também tudo de que ele abriria mão ao permanecer fiel ao novo rei, afirmando ali que certamente seria recompensado depois de tamanho sacrifício. Outro uso comum destes impressos de notícias, assim, era nomear os prestadores de serviços e enaltece-los no intuito de alcançar benefícios diante do rei. Assim como Montalvão, as ligações de Correia de Sá com Castela, conforme a própria relação descreve, não eram vistas com bons olhos pela nova Coroa. Logo no ano de 1643 as desconfianças sobre sua ida às capitanias do sul fizeram com que recebesse uma intimação do novo governador-geral, Antônio Telles da Silva, de retornar ao Rio de Janeiro. De acordo com Charles Boxer, Salvador Correia teria percebido que possuía inimigos próximos ao novo rei e pediu para retornar a Portugal naquele mesmo ano. Apesar de ser recebido com diversas mercês, mais de um ano se passou para que as acusações acerca de sua lealdade fossem anuladas. “Durante aquele intervalo, vários juízes foram sucessivamente (e tentativamente) designados para ir ao Rio de Janeiro e ali promover inquérito judicial (...). Em seu caso o veredicto foi antes o de ‘não haver provas’ do que o de ‘sem culpas’” (BOXER, 1973).

O impresso também informa aos leitores portugueses de que os moradores do Rio de Janeiro comemoraram a notícia com luminárias em suas janelas por três noites, ocorrendo também salvas de tiros vindas das fortalezas e dos navios. As ruas teriam ficado tomadas com a população demonstrando “os leais ânimos dos portugueses e *brasilenses* em serviço de seu verdadeiro rei, e senhor português”. Importava ressaltar em Lisboa o apoio de todos os moradores, inclusive os denominados “brasilenses”, e sua lealdade ao novo rei. Ainda podemos ler a descrição do envio da notícia para as tais capitanias do sul, como São Vicente e São Paulo, com receio de que “chegasse aviso de Castela [e para que] os pudesse neutralizar”.

De acordo com a relação, Salvador Correia estaria recebendo críticas por aclamar ao novo rei apenas com as informações vindas da Bahia através do vice-rei, o marquês de Montalvão. A chamada “murmuração” teria acabado no dia 19 de março quando, assistindo a um sermão no Convento de São Bento, o governador do Rio de Janeiro teria recebido uma

carta diretamente do rei, documento que ele abriu e “beijando e pondo sobre sua cabeça a real firma [a assinatura real] que nela viu, a manifestou ao povo”. A relação ainda nos informa que “mandou acabado o sermão ler em público a carta que recebeu de sua Majestade, com que se duplicaram os vivas, se pluralizaram as graças ao céu (...)”.

A relação que trata sobre os acontecimentos na vila de Guimarães possui a informação de que foi impressa “à custa de Lourenço de Queiroz, livreiro do Estado de Bragança”. Já o segundo impresso de que tratamos, informa que foi publicado “à custa de Domingos Alvres livreiro”. As duas apresentam também a indicação de que possuem “todas as licenças necessárias”, ou seja, ambas passaram pela censura tanto civil, como eclesiástica. Todos os impressos necessitavam de autorização tanto para serem produzidos como para circularem, o que significa que o manuscrito deveria passar por uma primeira aprovação, e que após finalizada a impressão, o mesmo texto deveria voltar às mãos dos censores para conferir se não havia modificações ou se as modificações que foram pedidas haviam sido realizadas. É importante destacar, assim, que o controle do que era impresso no reino era bastante efetivo, sobretudo pela Inquisição. Impressores que não realizassem todos os trâmites necessários poderiam ser chamados diante dos inquisidores e inclusive serem punidos com a suspensão de seu ofício, como ocorreu com Domingos Lopes Rosa ao imprimir um material clandestino, ou seja, que não possuía qualquer licença e que dizia ter sido impresso em outra localidade (MARTINS, 2005).

### **Relatos das batalhas e a superioridade portuguesa**

Se era importante tornar público a partir das relações de sucesso a recepção da notícia da nova Coroa, os relatos de batalha foram um tema ainda mais frequente nestes impressos. Para a historiadora Andréa Doré, o que estava em jogo nestes documentos era “a construção e manutenção de uma reputação positiva da nação portuguesa” (2011, p. 125). Não só as ações dos soldados eram descritas, mas toda a população aparecia nestes impressos, como podemos ler abaixo:

(...) nos tem feito os castelhanos nas fronteiras de Alentejo se conhece bem sua impiedade e a misericórdia divina, pois pelo caminho que eles cuidavam arruinar-nos, o abriu Deus para nosso remédio dando valor a homens rústicos, e desarmados contra eles, façanhas inauditas, irritados com o sentimento de ver queimadas<sup>6</sup> as fazendas.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> No original: *abrazadas*, no sentido de estarem em brasa.

<sup>7</sup> Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleixo, & das Villas de Mourão, & Monfarás alcançaram dos Castelhanos a 6 & 16 deste mez de Outubro, & socorros, que lhes mandou o General Martim

A relação continuava salientando o povo português que, ainda que mais acostumado ao serviço do campo do que com o serviço militar “se não podia esperar tão glorioso sucesso, o qual teve fim com a vergonha retirada dos castelhanos”. O impresso buscava assim, avisar também aos inimigos que o povo português os enfrentaria na fronteira se fosse necessário, ainda que fossem camponeses e não soldados. A menção de pessoas comuns combatendo – e derrotando – os castelhanos encorajava as demais comunidades fronteiriças de Portugal a se erguerem contra o exército inimigo. Mencioná-los, assim, incentivava a população local além de desafiar os castelhanos, que segundo a relação teriam se retirado vergonhosamente diante de pessoas pouco preparadas para a guerra.

São dezenas as relações impressas no primeiro ano do conflito, o que demonstra o reconhecimento de sua importância no cenário europeu. Doré entende que isso se fez necessário visando não só o resultado do conflito em si, mas auxiliando na “construção e fortalecimento de um contorno para a nação, frente aos seus súditos e a seus pares e potenciais opositores” (2011, p. 132). Na “Relação verdadeira da milagrosa vitória que alcançaram os portugueses, que assistem na fronteira de Olivença a 17 de setembro de 1641”, podemos ler que após perderem a dita batalha, os castelhanos teriam chegado a uma localidade de Vila Viçosa e “exercitando os costumados incêndios e sacrilégios com a raiva do dano recebido, como raivosos cães, que não podendo morder a quem lhe tira a pedra, se vingam nela”.<sup>8</sup> A descrição que se segue demonstra a função do impresso de desmerecer o inimigo e enaltecer os portugueses:

O número que nos veio combater de gente, não se soube de certo, suposto que pareceu (...) de quatro para cinco mil homens de Infantaria e oitocentos cavalos, e dos feridos castelhanos não se averigua a verdade por discordarem no número levantando-o a 8 mil infantes e quatro mil cavalos, o que parece fábula. A vitória foi milagrosa por ser a tal hora, e achar o inimigo os nossos descuidados, merecendo todos os que nesta vila assistiram grandes louvores, andando os homens nobres e clérigos naturais dela animando a gente e esperando o inimigo com alvoroço cada um em seu posto pela escuridão da noite (...) Não merecendo as mulheres que com grande ânimo ocupavam as trincheiras, assoviando-lhe pelos ouvidos espessas nuvens de pelouros, as não podiam lançar fora, pedindo licença para com sombreiros guarnecerem as trincheiras mais faltas de gente, renovando a memória das antigas portuguesas Anna Fernandes e Isabel da Veiga, que no primeiro cerco de Diu sustentado pelo grande Antonio da Silveira, obraram as maravilhas que Diogo do Couto na sua quinta Década relata.

---

Affonso de Mello, & de outro sucesso na Villa de Campo Mayor em o mesmo mês de Outubro 641. Por Jorge Rodrigues, 1641. f. 1-1v.

<sup>8</sup> Relação verdadeira da milagrosa victoria que alcançarão os Portugueses, que assistem na Fronteira de Oliuença, a 17 de Setembro de 1641. Por Jorge Rodrigues, 1641. f. 4v-5.

Este trecho da relação traz diversas tópicas presentes em grande parte destes impressos. Em primeiro lugar, a derrota dos castelhanos, ainda que tivessem o maior número de soldados. O auxílio divino a partir do milagre também é várias vezes utilizado para descrever as façanhas portuguesas diante dos castelhanos. Em terceiro lugar, encontramos mais uma vez a exaltação da população local, descrita como à espera do inimigo. Por fim, as mulheres também são lembradas, tema que pouco aparece, mas que também não é inédito nestes impressos. Dessa vez, as heroínas são comparadas às mulheres que teriam ajudado na defesa de Diu, na Índia, contra os cercos dos turcos, nos anos de 1538 e 1546. Conhecidas como “as defensoras de Diu”, elencar mulheres em relatos de batalhas faria parte de uma tradição da historiografia europeia que chegava ao século XVI com vários exemplos femininos que “ousaram ir além do papel que tradicional e culturalmente lhes estava confiado (...)”, não ficando os autores portugueses à margem desse fenômeno (HENRIQUES, 2012, p, 126). Dessa forma, as mulheres portuguesas que ajudaram a derrotar os castelhanos na fronteira de Olivença também são enaltecidas na relação de sucesso.

### **Considerações Finais**

As relações de sucessos são documentos históricos característicos da Época Moderna. Foram utilizadas em diferentes partes do continente europeu para informar sobre acontecimentos dos mais variados: desde um conflito semelhante ao que discutimos neste artigo, como eventos fantásticos, naufrágios e tempestades. Se a invenção da prensa móvel em meados do século XV por Johannes Gutenberg permitiu a produção destes meios informativos em grande quantidade, ela não é a causa do interesse daquela sociedade nas notícias. Já havia, assim, um anseio por este tipo de material, suprido por oficinas impressoras, editores e demais interessados nos benefícios financeiros que ele poderia significar. Do outro lado, encontramos Coroas como a portuguesa – mas não só – que compreenderam a importância de controlar a produção desses impressos e publicar o que lhes era conveniente. Em um período de disputa como uma guerra contra a poderosa monarquia de Filipe IV, esses impressos foram utilizados para enaltecer Dom João IV e seus herdeiros, além de festejar o retorno de um rei “legítimo” ao trono português.

O ano de 1641 foi um marco na História portuguesa não só como o primeiro ano da guerra, mas também pela enorme quantidade de relações de sucesso produzidas em Lisboa. Tendo em vista o melhor posicionamento geográfico espanhol para informar o restante do

continente, Portugal investiu na quantidade de publicações buscando ver o ponto de vista bragantino alcançar a Europa na procura de aliados. Além disso, as relações foram utilizadas para nomear os oficiais portugueses que festejaram a ascensão do novo rei e que atuaram no enfrentamento dos espanhóis, porque a demonstração de lealdade também significava um melhor posicionamento nobiliárquico em um momento em que a nobreza estava se reestruturando a partir de uma nova Coroa.

Por fim, não era por acaso que as populações locais eram mencionadas nos relatos dos pequenos encontros entre soldados inimigos nas fronteiras. Exaltar esses portugueses que lutavam mesmo sem qualquer preparo bélico demonstrava que a nova Coroa estaria recebendo o apoio do povo comum, além de incentivar sua participação nos conflitos. Publicar que essas pessoas, inclusive mulheres, eram também as responsáveis pela fuga dos castelhanos atacava diretamente a reputação não só destes soldados como também a do próprio rei Filipe IV.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luís Oliveira. **História e Memória**. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940. MinervaCoimbra: Coimbra, 2001.
- BOUZA, Fernando. *Papeles y Opinión*. Políticas de Publicación en el Siglo de Oro. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2008.
- BOUZA, Fernando. **Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640)** Felipe II, Las cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Católico. Tomo I. Tesis Doctoral. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987;
- BOXER, Charles. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686**. Trad. Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- CARDIM, Pedro. **Portugal Unido y Separado**. Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal. Valladolid: Cátedra Felipe II; Ediciones Universidad de Valladolid, 2014;
- COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. **D. João IV**. Círculo de Leitores, Lisboa, 2008.
- CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança (1560-1640)**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- DORÉ, Andréa. Relações de Sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. In: **TALLA DIXIT** 6, 2011. p. 121-137.
- ESPEJO, Carmen. BAENA, Francisco. Los orígenes del periodismo en España: una revisión metodológica. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. (eds.) **Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna**. Siers. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015.
- ETTINGHAUSEN, Henry. Relaciones Internacionales: las relaciones de sucesos, un fenómeno paneuropeo. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia (eds.) **Las relaciones de sucesos en los**

- cambios políticos y sociales de la Europa Moderna.** Sociedad Internacional para el Estudios de las Relaciones de Sucesos. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015;
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaaios II sobre a História de Portugal.** 2ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978;
- HENRIQUES, Luís Miguel F. A arenga militar feminina na historiografia portuguesa quinhentista. In: **TALLA DIXIT** 7, 2012. p. 117-149;
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005;
- VALLADARES, Rafael. De ignorancia y lealtad. Portugueses en Madrid, 1640-1670. In: \_\_\_\_ **‘Por toda la tierra’.** España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700). Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2016.
- VALLADARES, Rafael. **Portugal y la Monarquía Hispánica 1580-1668.** Arco Libros: Madrid, 2000;
- VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más). In: **Pedralbes:** revista d’història moderna. n. 15, 1995.